

## Frente abre mão da presidência do Senado

Haroldo Hollanda

Ao PMDB caberá a primazia de indicar o candidato da Aliança Democrática à presidência do Senado, nas eleições a serem realizadas até o final deste mês. Isso representa uma completa reviravolta, uma vez que a Frente vinha reivindicando, desde o final do ano passado, o direito de presidir o Senado. Essa situação poderá guindar o líder do PMDB, Humberto Lucena, àquele posto, se o seu nome obtiver o sinal verde por parte do presidente eleito.

Alegam as principais lideranças da Frente que com o gesto de renúncia agora praticado elas estão dando ao presidente eleito demonstração inequívoca de despreendimento político, ao mesmo tempo em que passam a concentrar todas suas atenções na conquista e preenchimento de funções ministeriais por parte de vários dos seus integrantes.

As lideranças da Frente também não quiseram insistir com a candidatura à presidência do Senado, por temerem que no curso da luta pelo posto em questão acabassem submetendo o governo do Sr. Tancredo Neves ao seu primeiro revés político. Recuaram de suas posições originais e dispõem-se a apoiar um nome do PMDB, observando que numa composição geral estão em condições de obter melhores dividendos políticos. Na próxima segunda-feira a bancada do PMDB deve indicar o candidato do partido à presidência do Senado. Há duas candidaturas já postas, a do senador José Fragelli, de Mato Grosso, e a do líder Humberto Lucena, da Paraíba, já que o senador Itamar Franco revela o propósito de levar a sua candidatura a plenário. O nome que contar com as boas graças do Sr. Tancredo Neves deverá despontar no final como o candidato da bancada e da Aliança Democrática, aí incluída obviamente também a Frente Liberal. Mas existe ainda um embaraço a ser vencido e superado pelo próximo governo, representado pela candidatura do senador Luiz Viana Filho à presidência do Senado. A alegação de Luiz Viana Filho é a de que o PDS continua sendo o partido majoritário, situação que sempre conferiu a presidência do Senado ao representante do partido que detinha essa condição. Pelos cálculos do parlamentar baiano, o PDS permanece sendo o partido majoritário no Senado. Naturalmente, as lideranças do PMDB no Senado vão tentar contornar a questão, convidando o PDS a fazer um acordo, nos mesmos moldes do que acaba de ser celebrado na Câmara.

Livre de outros constrangimentos, as lideranças da Frente tencionam agora se dedicar exclusivamente à conquista de uma representação equivalente a sua força política no futuro governo. Embora não haja ainda nada estabelecido em definitivo, a Frente manifesta preferência em ocupar os Ministérios da Indústria e do Comércio, Comunicações, Interior, Educação e Minas e Energia. Somente não pleitearão os Ministérios essencialmente econômicos, porque entendem que esta área, no seu preenchimento, será da exclusiva responsabilidade do presidente eleito.

O vice-presidente Aureliano Chaves está particularmente convencido de que os compromissos políticos assumidos com a Frente pelo presidente eleito serão por ele integralmente cumpridos. O Sr. Aureliano Chaves assim fala, inspirado naturalmente nas últimas conversas mantidas com o Sr. Tancredo Neves, antes do seu embarque para o exterior. Aliás, as principais lideranças da Frente estão particularmente convencidas de que o presidente eleito usará como seus dois principais condutos de comunicação para a formação de sua equipe ministerial o PMDB e a Frente Liberal, representados pelos seus dois presidentes, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves.

Dois dos Ministérios reivindicados pela Frente, o da Indústria e do Comércio e o das Comunicações já têm candidatos declarados. O primeiro deles é pleiteado por São Paulo para o Sr. Roberto Gusmão, atual chefe do Gabinete Civil do governador Montoro, enquanto o Ministério das Comunicações tem seu mais forte candidato na pessoa do Sr. Antônio Carlos Magalhães. O deputado Freitas Nobre, líder do PMDB, que aspira também ocupar o Ministério das Comunicações, recebe restrições da parte do empresariado do setor, inclusive do Sr. Roberto Marinho ("O Globo") sob a alegação de que tem uma proposta considerada por demais estatizante. O vice-presidente Aureliano Chaves e o governador Gonzaga da Motta, do Ceará, só não serão ministros se não quiserem. Mas o Sr. Aureliano Chaves reluta ainda em aceitar qualquer missão ministerial, apesar das pressões em contrário sofridas por parte dos seus correligionários.